

886L 70R 21

17 JUL 1988

CONSTITUINTE

O governo quer negociar no 2º turno

auc p 6

O governo já alinhou 73 emendas supressivas que gostaria de ver vitoriosas no segundo turno da Constituinte. Mas se dará por satisfeito se conseguir negociar pelo menos os dez pontos que considera básicos. Não será fácil. "Fora do acordo será praticamente impossível aprovar qualquer coisa", reconhecia ontem o próprio líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna. O problema maior, porém, será conseguir os 280 votos mínimos necessários para derrubar trechos aprovados no primeiro turno: a maioria dos constituintes está trabalhando nas campanhas municipais — ou porque são candidatos ou porque estão se dedicando a seus candidatos.

Por conta disso, uma grande mobilização está sendo armada pelo governo, da qual não estão excluídos ministros e governadores que trabalhariam para derrubar o que o Planalto classifica como "distorções incompatíveis com a realidade brasileira". Tais distorções são justamente os dez pontos básicos discutidos ontem na reunião entre o presidente Sarney, os líderes do governo e os ministros Mailson da Nóbrega e Ronaldo Costa Couto, além do consultor-geral da República, Saulo Ramos: jornada de seis horas, greve, voto aos 16 anos, moção de censura a ministro de Estado, tabelamento de juros, anistia aos produtores rurais, imposto de renda nos Estados adicional ao da União, aposentadoria com vencimento integral, efetivação dos servidores com mais de cinco anos de casa e mandado judicial para prisão em flagrante.

As lideranças partidárias também estão preocupadas em selecionar as emendas a serem apresentadas por seus liderados: nenhum partido quer deixar espaços abertos em artigos já considerados importantes durante o processo de negociação. E esse prazo foi alongado ontem para até o dia 25, conforme determinação do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, convencido de que na data anteriormente marcada, dia 21, não haveria quórum por ser uma quinta-feira.

Numa série de reuniões entre as lideranças, que permaneceram discutindo o dia inteiro, ninguém tomou qualquer decisão. Todos preferem negociar posterior-



Sant'Anna: mudanças só com um acordo.

mente, "para evitar arrependimentos", conforme frisou o líder do PMDB, deputado Nélson Jobim.

Em reuniões que os partidos fizeram separadamente, o PFL, segundo o líder José Lourenço, apresentou 60 emendas, mas pretende carregar suas baterias para a supressão do voto aos 16 anos, quórum para que a apresentação de moção contra ministros seja de dois terços, jornada de seis horas, anistia para pequenos empresários, definição de empresa nacional, licença paternidade, tabelamento de juros de 12%.

O PMDB apresentou 70 emendas, mas considera como prioritárias para efeito de negociação retirar a expressão "máxima" do turno de seis horas, anistia aos pequenos empresários e médios produtores, anistia dos débitos com a receita. Para as escuras, prioridade será a questão da reforma agrária. Além disso, esses constituintes querem retirar do texto que o pagamento da indenização seja em dinheiro, assim como a privatização dos cartórios.

Sem ameaças

Os ministérios militares também querem participar na elaboração das emendas supressivas — mas tal participação ficou restrita ao ministro do Exército, já que o ministro da Aeronáutica cuidou apenas da

apresentação de emendas de interesse militar. O Exército, portanto, patrocina emendas sobre a FEB — uma tentando anular a igualdade de concessão de pensões para ex-combatentes da II Guerra e os que ficaram no litoral brasileiro; outra fazendo com que as pensões concedidas sejam proporcionais ao número de dependentes. Além disso, o Exército cuidará também de derrubar o turno de seis horas, conforme revelou o general Leônidas Gonçalves, embora reconhecendo que o assunto não seja militar. Mas ele justifica dizendo que a medida prejudicará a indústria siderúrgica.

"Qualquer pessoa tem o direito de opinar. Não há censura no nosso país", acentua ontem Ulysses Guimarães, ao comentar a pretensão do ministro Leônidas. "O que não pode é pressionar, ameaçar ou usar meios indevidos para aliciar as pessoas. Aí eu sou contra." Pessoalmente, Ulysses confessa que não deseja ver derrubado nenhum artigo em especial. Neste segundo turno, diz ele, seu objetivo será "coordenar as forças para a decisão que melhor convier ao País". Nesse ponto exatamente, Ulysses terá de enfrentar os argumentos de Sarney, que classificou o projeto de Constituição como "uma verdadeira colcha de retalhos."

Inconstitucional?

Os empresários do Paraná consideram inconstitucional o texto do relator Bernardo Cabral. Segundo eles, porque "fere o artigo 3º da emenda convocatória da Constituinte e que condiciona a promulgação da nova Carta à aprovação do mesmo texto em dois turnos de maioria absoluta". A denúncia foi apresentada no último fim de semana ao final da 44ª Reunião plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná, que lançaram um alerta sobre as irregularidades na tramitação do atual texto.

"Se os constituintes não atenderem ao procedimento estabelecido na emenda constitucional à Constituinte, não terão qualquer autoridade para pretender que a Nação cumpra o que vier a ser promulgado como Constituição", alerta ainda o documento dos empresários paranaenses — que já vêm recebendo adesões.